

ATA N.º 18/2018

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 5 DE SETEMBRO DE 2018:

No dia cinco de setembro de dois mil e dezoito, pelas quinze horas e oito minutos, no auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Carlos Miguel Viegas Vitorino, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e José Calado Gertrudes.

SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA:

Na sequência do pedido de substituição temporária para o período de 4 a 10 de setembro de 2018, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, foi convocado para esta reunião, nos termos do nº 1, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

PONTO 2 – 8.ª Alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021

PONTO 3 – Fornecimento de refeições escolares nos estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar da rede pública do concelho de Palmela, ano civil 2019 – Pronúncia sobre lista de erros e omissões - Ratificação

PONTO 4 – Regularizações prediais por desafetação do domínio público

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DESPACHOS EMITIDOS PELO/A SR./A VEREADOR DO PELOURO, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional / Divisão de Administração Geral / Secção de Licenciamentos

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelos/a Srs./a Vereador do Pelouro, Luís Miguel Calha; Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, Paulo Pacheco, e Chefe da Divisão de Administração Geral, Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 22.08.2018 a 04.09.2018.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito da Divisão de Administração Urbanística

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 20.08.2018 a 31.08.2018.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 22.08.2018 a 04.09.2018, no valor de 2.201.158,03 € (dois milhões, duzentos e um mil, cento e cinquenta e oito euros e três cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 04.09.2018, apresenta um saldo de 11.836.491,36 € (onze milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e noventa e um euros e trinta e seis cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 10.542.496,79 € (dez milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa e seis euros e setenta e nove cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.293.994,57 € (um milhão, duzentos e noventa e três mil, novecentos e noventa e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, o seguinte documento:

. **Saudação** (Festa das Vindimas).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à leitura da saudação que se transcreve:

. **Saudação** (Festa das Vindimas).

“Palmela festejou nestes 6 dias a sua identidade, a sua história e as suas raízes culturais, homenageando os homens e mulheres que dia a dia trabalham a terra, retirando das nossas vinhas o nosso produto mais apreciado.

Os nossos vinhos são, nestes dias, homenageados, promovendo Palmela como terra mãe de néctares únicos, mundialmente reconhecidos e apreciados.

Passadas 56 edições da primeira Festa das Vindimas, esta renova-se e reinventa-se com a alegria e a criatividade de quem se entrega de corpo e alma para concretizar, edição após edição, os momentos que, hoje, consideramos parte integrante das nossas tradições.

Uma especial saudação aos milhares de visitantes que partilharam connosco estes dias, levando de Palmela recordações que permanecem e apelam a novas visitas.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida a 5 de setembro de 2018, saúda todas/os as/os que contribuíram para a realização do certame, a Associação das Festas de Palmela, instituições e associações locais, Bombeiros/os, GNR e as/os trabalhadoras/es municipais, mas também aquelas/es que ao longo dos últimos 55 anos foram as/os fazedoras/es desta grande iniciativa que já conquistou projeção nacional e internacional.

A Festa das Vindimas faz também a História de Palmela.”

Sobre a saudação (Festa das Vindimas) intervêm:

O **Sr. Vereador José Calado** cumprimenta os presentes e agradece à Comissão da Festa das Vindimas, pois bem sabe o que custa na vida das pessoas que pertencem a estas comissões, porque já foi presidente da Associação de Festas do Pinhal Novo, já participou na Festa das Vindimas mais do que uma vez e envolve muito sacrifício às pessoas que se dispõem a trabalhar para a realização destes eventos ao longo do ano. É de louvar, e em nome do MIM aproveita para dar os parabéns e, mais uma vez, agradecer a todos os membros da Comissão da Festa das Vindimas.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** cumprimenta os presentes e reafirma aquilo que é dito na saudação, foi mais um momento na 56.ª edição, muitas mais esperam que venham a realizar-se, para além da nossa existência e se continue com a afirmação da cultura, tradição, da forma de estar e viver das gentes do concelho, porque se comemora o vinho e a vinha, comemora-se também aquilo que de mais orgulho que têm no território do concelho, que são as pessoas e as suas tradições. Portanto, àqueles que diariamente, ao longo de 12 meses, constroem as festas, que se concretizam em 6 dias, deixa uma mensagem de agradecimento, desejando que as Festas continuem a demonstrar a dinâmica e a visibilidade que muito tem ajudado a imagem do território de Palmela no país e no mundo. Realça, que este ano, gostaram essencialmente de ver o cortejo, foi mais etnográfico, esteve mais próximo das tradições locais, das atividades ligadas ao vinho e à vinha. Portanto, é isto que Palmela tem de melhor e que tem de continuar a transmitir no futuro.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** cumprimenta os presentes e refere que também gostava de se associar a este voto e que, de facto, a Festa das Vindimas é um marco já bastante enraizado nas tradições locais e é sempre de realçar. Este ano e partilha da opinião do Sr. Vereador Raul Cristovão, de facto, o cortejo foi muito bonito, muito positivo e ilustrativo e todas as pessoas de Palmela, bem como os visitantes demonstraram o seu agrado.

Submetida a votação a saudação (Festa das Vindimas), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Calendário das reuniões «Eu Participo»** – O **Sr. Presidente** refere que se aproxima a 2ª fase do “Eu Participo”, em 2018, a fase em que são apresentadas as propostas que foram recolhidas no âmbito dos inquéritos aplicados à cidadania em abril e desenvolve-se, para além da discussão e debate dessas propostas, a fase da votação. Irão realizar-se como habitualmente, 5 sessões, uma em cada freguesia, com início na Marateca, no dia 17 de setembro, às 21 horas, no Pavilhão Multiusos; na Quinta do Anjo, a 18 de setembro, 21 horas,

na sede da Junta de Freguesia; no dia 19 de setembro, às 21 horas, em Poceirão; no dia 20 de setembro, às 21 horas, em Pinhal Novo; no dia 21 de setembro, às 21 horas. A par deste processo do "Eu Participo" destinado à população, decorrem também a 20 de setembro 4 reuniões com os trabalhadores e trabalhadoras do município, no âmbito do processo de participação que lhes é dirigido.

• **Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela** – O **Sr. Presidente** informa que, relativamente à intervenção de natureza estrutural nas encostas do Castelo de Palmela, que visa evitar derrocadas, trata-se de uma operação cofinanciada em 85% pelo POSEUR - Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos no quadro do Programa Portugal 2020, através da prioridade de investimento 5.2 (Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes). Informa que, finalmente houve luz verde do Tribunal de Contas na passada sexta-feira, para o visto para o início da obra, empreitada contratualizada com a empresa Alberto Couto Alves, S.A., cujo início está programado para o próximo mês de outubro e irá prolongar-se durante nove meses.

Importa recordar a complexidade desta operação, porque foi necessário proceder durante todos estes anos a diversos estudos técnicos, para além do projeto de execução, foram estudos em que nem havia o hábito de os fazer em Portugal e, por isso, têm a assessoria do LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil a acompanhar todo este processo; foram feitos estudos ao nível da geotecnia, da geologia e da cartografia; o projeto em si tem vários projetos implícitos, o projeto de arquitetura paisagista, o projeto de acompanhamento arqueológico, atrasando assim, a intervenção prevista e aumentando o seu valor global elegível. Portanto, foi contratualizado com o POSEUR, uma verba 2.800.000 euros e, neste momento, está em 2.901.103,80 €. Mas, ainda assim, tal facto foi bem acolhido, quer no âmbito da reprogramação da obra que foi necessário fazer-se, até para obter o visto; foi feita a reprogramação junto do Programa Operacional que rapidamente aprovou a reprogramação, aprovou o pedido de alterações, tendo assim estabilizado o montante global da operação no valor 2.901.103,80 €, estando a contrapartida nacional, ou seja, os restantes 15% assegurados pela DGTF (Direção Geral de Tesouro e Finanças). Assim, depois da Feira Medieval, esperam que durante o mês de outubro possam entrar em obra e que a mesma decorra sem atrasos, sobretudo, sem incidentes porque é, de facto, uma obra muito complexa, mas que vai garantir o futuro do morro de Palmela e da edificação castrense ali existente.

• **Semana Europeia da Mobilidade** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** cumprimenta os presentes e refere que o município de Palmela vai aderir, uma vez mais, à Semana Europeia

da Mobilidade que este ano tem como tema a “Multimodalidade”, e decorre sob o *slogan* “Combina e Move-te”. A decorrer entre 16 e 22 de setembro, têm um conjunto de iniciativas para sensibilizar os cidadãos e cidadãs do impacto que as soluções individuais de mobilidade têm na comunidade e para os potenciais benefícios da adoção de boas práticas para o ambiente, saúde e qualidade de vida.

No dia 16 de setembro, decorrerá uma ação de formação teórico-prática sobre a Eco Condução, dirigida à população em geral, onde se procura sensibilizar os participantes para uma condução preventiva face aos principais riscos rodoviários e condução eficiente em termos de consumos e emissões de CO2.

No dia 18 de setembro irão decorrer, com a organização da EcoKart Portugal, na Praça da Independência em Pinhal Novo, as Eco Voltas Solidárias onde os participantes podem experimentar um kart elétrico. Esta iniciativa pretende, de uma forma lúdica, sensibilizar os cidadãos e as cidadãs para as vantagens do uso de veículos alternativos e simultaneamente contribui com um donativo voluntário, por parte de cada participante, para uma instituição de solidariedade social.

No dia 22 de setembro, irá decorrer a ação de formação “Condução de Bicicleta em Meio Urbano”, destinada ao público em geral. Esta ação de formação teórico-prática pretende dotar os participantes de conhecimentos que lhes permitam usar a bicicleta e a circular na estrada em segurança e com confiança e enquadra-se na iniciativa da AML que consiste na realização de passeios de bicicleta em simultâneo nos 18 municípios da Área Metropolitana.

Também no dia 22 regressa, na sua 5ª edição, a “Pedalada Noturna”, passeio de bicicleta noturno, percorrendo o Centro Histórico de Palmela e trilhos do Parque Natural da Arrábida. Este passeio, com uma distância de cerca de 25 Km, é destinado à população em geral.

Durante toda a semana, decorre a oferta de títulos de transporte para o circuito urbano de Pinhal Novo em troca de Óleos Alimentares Usados (OAU); e o autocarro do Centro Histórico, assim como os autocarros de transporte escolar e as viaturas do Executivo, serão movidos a biodiesel produzido através de OAU recolhidos no território deste concelho, através dos 31 oleões exteriores colocados na via pública e 26 barricas colocadas em escolas e instituições aderentes. Desde janeiro deste ano até início do mês de junho foram recolhidos 1.550 litros de OAU.

Os operadores de transporte público também se associam a esta iniciativa, através da oferta ou promoção de bilhetes de comboio a quem se fizer acompanhar de bicicleta, e através da divulgação.

O programa da semana inclui, também, a “Hora do Conto” dedicada à mobilidade, que se estende durante o mês de outubro (uma escola em cada freguesia) e é promovida pela equipa

de animação da Biblioteca Municipal e ainda a exibição, nos postos de atendimento, de curtas-metragens sobre o mesmo tema.

Informa que o município tem investido na mobilidade sustentável e na acessibilidade, através de iniciativas como esta, mas também através de obras que promovem deslocações mais ecológicas. É o caso do projeto "HUB10 – Plataforma Humanizada de Conexão Territorial: que compreende a requalificação do eixo de comunicação intermunicipal na conurbação urbana entre a EN 379 e a EN 10, articulando diferentes meios de transporte (pedonal, ciclável e rodoviário) devidamente interligados com interfaces de transporte público (autocarro e estações ferroviárias) visando a melhoria das deslocações pendulares. Outro exemplo, é a construção do passeio entre o Centro de Saúde e o Cemitério de Palmela, obra que começará em breve; a construção da nova fase da ecopista de Pinhal Novo e a ciclovia de Quinta do Anjo.

• **Início de novas obras de qualificação da rede viária – O Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e refere que sobre a adjudicação da obra de pavimentação da Rua Joaquim Gomes Romão, 2.ª fase, em Poceirão, por 44.997,00 €. O troço que vai ser intervencionado tem uma extensão de cerca de 500 metros e completa a obra feita na mesma via no mandato anterior, portanto, o objetivo é continuar a qualificação da rede viária municipal, com reforço da segurança e comodidade.

Informa que foi aberto concurso público para a pavimentação da Rua das Laranjeiras, no Bairro Assunção Piedade, cujo concurso tem o preço base de 106.000 € (incluindo o IVA) e um prazo de execução de 90 dias. A rua tem uma extensão de cerca de 470 metros e inclui a construção de passeio e construção de impasses para contentores de RSU.

• **Melhoria da circulação e estacionamento em Bairro Alentejano, Bairro dos Marinheiros e Portais da Arrábida – O Sr. Vereador Adilo Costa** dá nota da melhoria da circulação e estacionamento no Bairro dos Marinheiros e Bairro Alentejano, onde foi implementada a alteração da circulação, com a criação de novos sentidos únicos, de forma a melhorar a circulação e potenciar a criação de estacionamento ordenado, depois seguir-se-á a colocação de sinalização vertical e horizontal a delimitar o estacionamento, as quais aguardam o lançamento de nova empreitada. Apesar de não estar ainda instalada esta sinalização, as Sras. e os Srs. munícipes têm cumprido, de forma muito generalizada, voluntariamente o plano de estacionamento que foi discutido e aprovado, o que tem já reflexos muito positivos.

Informa que nos Portais da Arrábida foram já alterados alguns sentidos de trânsito e marcado, com sinalização horizontal e vertical, os lugares de estacionamento, faltando apenas construir as novas bolsas, que implicam uma obra de construção civil e a correspondente dotação orçamental.

• **Alterações do percurso da Loja Móvel do Cidadão** – Sobre a alteração dos percursos na Loja Móvel do Cidadão, o **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que o objetivo é o de prestar um serviço cada vez melhor à população, pelo que passa a funcionar, a partir de setembro, com um novo circuito e novos horários. Genericamente as alterações incidem sobre dois aspetos: o período de permanência em cada paragem e a localização das paragens dentro das localidades.

No primeiro caso procurou-se adequar o tempo de permanência à afluência média de cada paragem. Assim, em alguns locais de menor afluência, por exemplo nos casos do Forninho, Baixa de Palmela, Lau, Marquesas e Bairro Assunção Piedade, todos com uma média anual inferior a um atendimento por paragem, o tempo de paragem foi reduzido ligeiramente, em contrapartida foi aumentando em locais com maior procura, nos casos de Poceirão e Bairro Alentejano, ambos com médias anuais superiores a 5 e 8 atendimentos por paragem. Deste modo é possível garantir uma maior fiabilidade aos horários estabelecidos e prestar um melhor serviço nos locais de maior procura sem, contudo, prejudicar os restantes.

No segundo caso constatou-se que a redução de afluência se devia à perda da centralidade da localização da paragem, quer por encerramento de estabelecimentos comerciais ou por mudança de hábitos dos residentes, pelo que se procedeu à realocação de paragens no interior das localidades abrangidas pelo serviço.

Refere que estas mudanças foram objeto de discussão com as Juntas de Freguesia, tendo merecido a sua total concordância. Em alguns casos, em particular na realocação das paragens, contaram também com a preciosa ajuda das associações locais, estabelecimentos comerciais (parceiros neste projeto) e mesmo residentes, na escolha das melhores localizações alternativas, em termos de afluência, conforto e segurança. As localidades abrangidas por este serviço não sofreram qualquer alteração. O circuito continuará a funcionar de segunda a sexta-feira, com atendimentos em todas as freguesias, dando especial atenção às zonas rurais, mais distantes dos balcões de atendimento municipal. São abrangidas as localidades de Cabanas, Bairro Alentejano, Bairro Assunção Piedade, Olhos de Água, Lagoinha, Aldeia Nova da Aroeira, Lagoa do Calvo, Forninho, Poceirão, Fernando Pó, Águas de Moura, Carregueira, Lagoa da Palha, Arraiados, Valdera, Palhota, Venda do Alcaide, Baixa de Palmela, Aires, Algeruz, Brejos do Assa, Cajados, Águas de Moura, Bairro do Margaça, Poceirão, Lagameças e Lau.

Recorda que a Câmara Municipal de Palmela foi pioneira no país a disponibilizar uma Loja Móvel do Cidadão, constituída por uma viatura de atendimento móvel que circulava por todas as freguesias do concelho, com especial atenção para as áreas rurais, e que permitia aos munícipes com maiores dificuldades de mobilidade resolver os assuntos da competência do município junto dos seus locais de residência. A viatura foi desenvolvida numa parceria entre a Câmara Municipal, a AutoVision (grupo AutoEuropa) e o CEIIA – Centro para a Excelência e

Inovação para a Indústria Automóvel, com base na adaptação de uma carrinha Volkswagen Sharan Tdi, de forma a incluir um “escritório móvel”, com o equipamento logístico e informático necessário à realização de atendimento aos munícipes; através da tecnologia 4G, é feito o acesso remoto a todas as aplicações informáticas utilizadas pela Câmara Municipal. Em 2011, prova do reconhecimento do mérito do projeto, foi assinado um protocolo com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa, passando a Loja Móvel do Cidadão a disponibilizar alguns serviços de entidades da Administração Central. Numa lógica de promoção e disseminação do trabalho desenvolvido pela Câmara de Palmela, no âmbito do Quadro Estratégico Comum Europeu, o Município candidatou este projeto ao programa URBACT III, tendo obtido, em 2017, o reconhecimento de Cidade de Boas Práticas, ao nível da governação e do desenvolvimento local, fazendo agora parte de um conjunto de cidades europeias distinguidas com esta marca.

Questões apresentadas pelos/a Srs./a Vereadores/a José Calado, Carlos Vitorino e Mara Rebelo

• **Pintura das passadeiras e faixas centrais** – O **Sr. Vereador José Calado** refere que recebeu da parte de alguns munícipes a preocupação referente à marcação de passadeiras e faixas centrais. Considera que existe um grande défice na sinalização das passadeiras e faixas centrais e que podem dar origem a alguns acidentes. Chama a atenção do executivo para esta questão.

• **Recolha de monos** – O **Sr. Vereador José Calado** refere que a recolha dos monos continua com alguma dificuldade, embora tenha melhorado um pouco, mas continuam a existir situações muito desagradáveis, pelo que solicita à vereação responsável por este pelouro que tenha atenção, no sentido de continuar a luta contra esta situação, para tentar resolver este problema que é desagradável para o concelho.

• **Pedido para limpeza de vias em Pinhal Novo** – O **Sr. Vereador José Calado** dá nota que chegou aos Bombeiros, um pedido para a limpeza de algumas vias na localidade de Pinhal Novo. Refere que o munícipe que fez esta solicitação, também fez chegar uma carta ao Gabinete da Presidência. Na recolha de RSU, que é feita diariamente, os carros deixam cair muitas vezes, determinados produtos que são colocados dentro do contentor do lixo e que não recolhem, seguindo o circuito, e que a dado momento as ruas ficam tão sujas que geram situações desagradáveis, até no aspeto da via, no sentido dos carros que transitam naquelas vias, poderem ali criar uma situação desagradável em relação à segurança dos próprios automóveis. Refere que se deslocou até à Rua 25 de Abril, à Praceta António Ferreira da Costa, Rua Dom João I e Rua Infante Dom Henrique e, de facto, tem de chamar a atenção para quem

tem responsabilidades nesta área, na medida em que estão a acontecer situações desta natureza com muita frequência. Aproveitaram e foram limpar o piso para evitar problemas aos automobilistas.

• **Cemitério de Palmela** – Sobre a situação do Cemitério de Palmela, o **Sr. Vereador José Calado** refere que o Sr. Vereador Pedro Taleço deve saber o que se passa, uma vez que saiu num órgão de comunicação social situação relacionada com o Cemitério de Palmela. Deslocou-se ao local e tirou algumas fotografias, mas, naturalmente, é necessário ter algum cuidado.

Sobre este assunto, o **Sr. Presidente** pergunta se as fotos que tirou são as mesmas que saíram no jornal, ao que o **Sr. Vereador José Calado** responde que tirou umas fotografias, que não são as mesmas que saíram no jornal, nem foi lá por causa disso. Refere que se deslocou ao Cemitério de Palmela, porque foi contactado por um município e, provavelmente, o jornal teve a mesma informação. Porém é uma realidade o que aconteceu. Foi lá ver o que se passava e nada tem a ver com o jornal, até porque não mistura comunicação social com reuniões de Câmara. Refere que está a chamar a atenção do Sr. Vereador que tem esse pelouro, para resolver aquela situação e aproveita para dizer que ao Sr. Vereador que a situação da capela até poderia ser resolvida, se calhar, com mil e poucos euros, até se resolver a situação de fundo. Não pode ter aquele aspeto, o vidro partido, a porta solta, as ossadas dentro de sacos de plástico, enfim, tem de haver mais dignidade e considera que a solução deve ser resolvida em conjunto, sem culpabilizar ninguém em particular. Reafirma que o problema tem de ser resolvido.

• **Cemitério de Palmela** – O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que o tema que o Sr. Vereador José Calado abordou, também viu na comunicação social e que também se deslocou ao local acompanhado de uma companheira de partido que é autarca na freguesia. E, de facto, puderam verificar a situação do Cemitério. É um Cemitério que necessita de uma intervenção de fundo, nomeadamente na capela. Até a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho referiu uma questão importante, que é o facto das pessoas se poderem deslocar a pé com maior segurança até à vila, com o passeio que está agora a ser lançado em concurso, mas considera que falta ali um espaço reservado para se efetuarem as exumações. Na conservação dos jardins e dos arruamentos é necessário efetuarem-se melhorias, mas também é verdade que o quadro de pessoal é insuficiente; aliás estão, neste momento, dois coveiros em funções, sendo que há um terceiro que não está a fazer o serviço. Manifestamente a falta de funcionários é real para poderem dar um melhor aspeto e uma maior dignidade ao espaço. Em relação à capela, é evidente, que tem de haver uma intervenção de fundo, porque do que se pode ver do exterior, parece estar sobre a ameaça de ruir e talvez por uma questão de prudência, a Proteção Civil poderia, no cimo das escadas, colocar uma sinalização ou vedação, para evitar que as pessoas

se aproximassem, porque aquilo que lhe foi reportado é que as pessoas, por vezes, sobem as escadas e não reparam que a capela está fechada, chegando mesmo a forçar a porta, comportamentos que têm de ser tidos em conta. É necessário uma intervenção no espaço e também é verdade que na Câmara Municipal de Palmela, sendo que o pelouro se chama dos cemitérios, mas será do Cemitério, porque todos os outros cemitérios do concelho estão delegados nas Juntas de Freguesia respetivas, ou seja, mais uma razão para um reforço da Câmara Municipal no único Cemitério que tem sobre a sua gestão.

• **Concurso para assistente operacional (coveiro) – O Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que relativamente ao concurso para assistente operacional, que julga que até está um lugar para um coveiro, tomou conhecimento que houve pessoas que se queixaram que não conseguiram aceder ou tiveram dificuldade em aceder ao *link* no *site* da Câmara Municipal de Palmela. O concurso termina no dia 14 de setembro. Questiona se o problema já foi reportado e se já está solucionado.

• **Centros de Saúde no concelho – O Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que em relação aos Centros de Saúde, nomeadamente o encerramento dos postos médicos de Poceirão e Marateca que, durante um período de 2 e 3 semanas, respetivamente. Aliás, pensa que o Centro de Saúde de Águas de Moura vai ficar encerrado até 7 de setembro. Apesar de ser uma responsabilidade da Administração Central, considera que tal situação representa um grave prejuízo para as populações e esta situação não deve passar em claro. A verdade é que, ao contrário do que tem sido transmitido, a dotação de pessoal não é suficiente, senão casos destes não aconteciam, e recorda que ainda há pouco tempo esteve uma delegação parlamentar do PSD lá, que acompanhou e que foi transmitido que a dotação de pessoal seria suficiente. Mas a verdade é que, se a dotação de pessoal fosse suficiente, os Centros de Saúde não fechavam durante 2 e 3 semanas como está a acontecer neste caso, o que é gravíssimo, até pela distância que as pessoas têm de percorrer para procurarem cuidados de saúde. Acrescem outros por todo o concelho e relembra a questão da extensão de Brejos do Assa que está aberta apenas uma vez por semana. A coligação Palmela Mais considera que é necessário exigir do Governo que os Centros de Saúde sejam dotados de pessoal e para que, de facto, o Serviço Nacional de Saúde seja uma realidade e não a de uma ficção cativada.

• **Escola Básica e Jardim de Infância de Quinta do Anjo – A Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes e refere que o PS teve conhecimento de algumas preocupações que foram apresentadas por alguns encarregados de educação dos alunos da Escola Básica e Jardim-de-infância de Quinta do Anjo, as quais vai partilhar, para poderem obter algumas respostas. Portanto, as instalações da escola não vão estar concluídas até ao

início do ano letivo. Trata-se de um universo de 400 crianças, entre ensino básico e jardim-de-infância. As preocupações estão, neste momento, atentas nos encarregados de educação que com toda a legitimidade, estão relacionadas com a gestão de horários que irá ser feita, porque só no 1º ciclo, são 12 turmas, que aparentemente vão funcionar em horários duplos, ou seja 6 mais 6, o que em termos familiares, na gestão de pessoal, vai ser muito complicado para estes encarregados de educação. Acresce o facto da existência ou não, de atividades de enriquecimento curricular, que ainda não há conhecimento se estão asseguradas ou não e se não estão asseguradas, como é que irão resolver a questão do ensino da língua inglesa que é de carácter obrigatório e, por outro lado, no jardim-de-infância onde também ainda não há certeza de que as crianças possam almoçar nas instalações, que mais uma vez, criará um grande transtorno para estas famílias. Também não há a certeza se estão asseguradas as atividades de animação e apoio à família, o que não existindo, obrigará as crianças a ter de sair das instalações às 3 horas e meia da tarde, o que mais uma vez, irá sobrecarregar estas famílias. Portanto, estas são as questões que estão a inquietar os encarregados de educação e os/a Vereadores/a do PS gostariam de obter esclarecimentos.

Às questões colocadas, são dadas as seguintes respostas:

_ Pintura das passadeiras e faixas centrais (Questão colocada pelo Sr. Vereador José Calado) – Relativamente à marcação de passadeiras e faixas centrais, o **Sr. Presidente** refere que é preciso saber, efetivamente e objetivamente, quais são as ruas a que se refere. O concelho tem 540 quilómetros alcatroados e, portanto, será bom que os munícipes façam chegar à Câmara Municipal o nome das ruas a que se referem para poderem avaliar. Informa que estão a concluir uma 1ª empreitada no valor de 40 mil euros; que já foram pintados lugares de estacionamento e quase uma centena de passadeiras; ainda vão ser pintadas algumas, dando prioridade à porta dos estabelecimentos de ensino. Todos os anos fazem-se várias empreitadas. Refere que, ao contrário do que alguns munícipes às vezes pensam, e quando reportam essas reclamações, vão até ao local e as passadeiras estão bem conservadas e há outras situações que, efetivamente merecem ser priorizadas e, portanto, nenhum município, em sítio nenhum do mundo, pinta todas as passadeiras e faixas, todos os anos. É um trabalho que está a ser concluído. Vão lançar outro procedimento que irá ser apresentado em sede de alteração orçamental, porque costumam fazer vários durante o ano e alerta para que as pessoas possam indicar quais os sítios, para perceber se está no Plano ou se está a decorrer. Exemplifica com a alteração da sinalização de trânsito que fizeram em 2 locais, onde houve necessidade de fazer também a sinalização horizontal e isso desviou a empresa para essa prioridade, porque não bastava pôr a sinalização vertical, é preciso pôr a horizontal. Uma vez concluída, a empresa está agora liberta para fazer o plano que está programado e nesse plano estão, naturalmente, incluídas muitas reclamações, sugestões e pedidos de intervenção dos/as munícipes.

_ Recolha de monos (Questão colocada pelo Sr. Vereador José Calado) – O **Sr. Presidente** refere que sobre os monos que não tem sido dado nota de incumprimentos dos circuitos nas últimas 2 semanas e até tem sido efetuado um reforço. Contudo, é do conhecimento geral e já se torna algo incompreensível, que quanto mais sensibilizações se faz, alertas, medidas de reforço e fiscalização há gente cada vez mais descuidada e a fazer, precisamente a colocação de monos em quantidades absurdas, que vêm de todo o lado, em determinados locais. Embora a regra seja colocar ao lado do contentor no dia que está lá estipulado, existem locais onde já não é permitido que sejam depositados monos ao lado do contentor, porque se tornaram vazadouros de pequenos empreiteiros, de pequenas empresas e alguns são até de fora do concelho. A fiscalização tem estado atenta, já apanharam alguns casos de prevaricação e vão continuar porque não podem ser complacentes com atitudes desta natureza; têm de assumir o erro e as insuficiências, quando há uma rotura num serviço, quando há circuitos que não se realizaram, mas há outras situações que são da inteira falta de cidadania, e aproveita para dizer que é um problema transversal nos municípios, de Norte a Sul do país. Está a ser incontrolável e têm, de facto, que repensar a questão dos sistemas dos resíduos, é evidente que a solução ideal seria fazer como em outros países, a recolha porta-a-porta generalizada. Já é algo que se experimenta em alguns sítios, sobretudo, em centros urbanos com demografia, com edifícios preparados para terem resíduos na cave, em divisões técnicas. Portanto, é uma revolução que tem de se fazer e seria importantíssimo que os fundos comunitários, no âmbito do PERSU, pudessem ajudar a financiar estes sistemas alternativos, que seriam, possivelmente, até mais justos para os munícipes que pagam serviço de resíduos. Em concelhos como o de Palmela e até concelhos mais pequenos, que nas suas zonas periurbanas e rurais, a situação, é difícil de controlar. Para o concelho de Palmela, já foi anunciado, já fizeram uma adjudicação a uma empresa, tipo plano B, e estão a ser preparados mais alguns reforços. Refere que também é necessário investir na fiscalização, para poderem dar o exemplo, sendo muito “duros” com alguns prevaricadores. Dá, como exemplo, o Centro de Transferência de Resíduos de Pinhal Novo, que quando passou pela Rua São Francisco Xavier e pela Rua Ary dos Santos, na curva entre ambas, a cerca de 70 metros do Centro de Transferência de Resíduos aberto, porque eram 15:30 horas, estavam monos, que nem eram monos difíceis de transportar, que as pessoas poderiam ter ido entregar; portanto, a não ser que haja um polícia para cada cidadão, é quase impossível controlar esta situação. Estão previstas novas campanhas, no âmbito do novo *outsourcing*.

O **Sr. Vereador José Calado** questiona sobre se se envolvessem as associações de moradores e as coletividades nesta luta contra a deposição ilegal de monos, de lixos, não seria uma mais-valia para tentar resolver este problema?

O **Sr. Presidente** responde que todas as mobilizações da sociedade civil nesta matéria são úteis, porque isto é um problema de cidadania. Por exemplo, uma Associação de Moradores do

concelho preocupa-se em fiscalizar os ecopontos que tem no seu bairro, telefonar para o número grátis da Amarsul, alertar a autarquia de alguma deposição indevida e também sensibilizar os vizinhos que prevaricam. É um desafio coletivo e têm de pôr toda a gente a contribuir para a solução.

_ Pedido para limpeza de vias em Pinhal Novo (Questão colocada pelo Sr. Vereador José Calado) – O **Sr. Presidente** refere que sobre as questões que apresentou da limpeza de vias na sequência de despejos de recolha de resíduos, a autarquia já recebeu reclamações, procuraram atuar e até no âmbito do acordo que têm com os Bombeiros há a possibilidade de, se for uma situação extrema, acionar, porque faz parte do protocolo, poder acionar a intervenção dos Bombeiros para a lavagem das vias. Acredita que isso aconteceu num determinado dia, numa volta, numa semana, porque também recebeu da parte dos munícipes, por outra via que não a oficial da Câmara, alguns alertas sobre essa matéria.

_ Cemitério de Palmela (Questão colocada pelos Srs. Vereadores José Calado e Carlos Vitorino) – O **Sr. Presidente** refere que sobre as questões do Cemitério de Palmela, essas questões estão planificadas, o Sr. Vereador irá dar a informação que entender, mas da parte de todo o executivo e sobretudo de quem aprovou o orçamento, sabe que têm a intervenção prevista para o próximo ano e que nenhuma intervenção ou empreitada se faz sem o diagnóstico da situação, um estudo prévio e um projeto, que depois dá origem a um caderno de encargos para não haver reclamações no âmbito da contratação pública e, portanto, a questão da capela vai ser intervencionada, nem que seja por fases, para estancar alguma degradação pontual.

Esclarece o Sr. Vereador Carlos Vitorino, que os cemitérios das restantes freguesias não estão delegados, são cemitérios das próprias freguesias, aliás, os cemitérios começaram com as paróquias e são propriedade das freguesias. É certo que o Cemitério de Palmela, se alguma vez, a Junta de Freguesia de Palmela quiser a sua gestão, a atual lei permite a delegação de competências, e estão disponíveis; considera até que a freguesia de Palmela tem poucas delegações de competências, está comodamente encostada ao centro do município. Ainda assim, refere que é uma situação que pode ser analisada, mas, como em todas as matérias tem de haver interesse das partes e disponibilidade.

_ Concurso para assistente operacional (coveiro) - (Questão colocada pelo Sr. Vereador Carlos Vitorino) – O **Sr. Presidente** refere que foi uma situação pontual e foi corrigida no próprio dia.

_ Centros de Saúde no concelho (Questão colocada pelo Sr. Vereador Carlos Vitorino) – O **Sr. Presidente** refere que sobre a questão dos encerramentos temporários de serviços dos

Centros de Saúde, naturalmente da parte da CDU, essa matéria sempre mereceu o reparo e propostas concretas, aliás, tem havido moções e nem sempre o PSD votou favoravelmente. É lamentável e acrescenta que nem o município, nem a União de Freguesias foram informados atempadamente desse encerramento. Considera que até para quem quer maior envolvimento das autarquias locais nestas matérias, assim se vê também que nem todos os serviços da Administração Central têm a mesma atitude e teria sido de bom-tom, ter havido um pouco mais de consideração e até de partilha, porque às vezes até se poderia ter encontrado soluções que não passassem pelo encerramento, mas enfim, isso era se fosse a autarquia a gerir os Centros de Saúde. Receberam da União de Freguesias de Poceirão e Marateca a sua posição, foram também contactados pela Comissão de Utentes que, obviamente está a fazer o seu papel de denúncia e de pressão e espera que sejam apenas medidas transitórias e que não se volte a repetir.

_ Constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado para os 11 assistentes operacionais (Questão colocada pelo Sr. Vereador Carlos Vitorino) - **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que foi aprovado um elenco bastante vasto de assistentes operacionais, que vai desde áreas de ação educativa, cantoneiros de limpeza e arruamentos, cabouqueiros, condutores de máquinas pesadas e veículos especiais, motoristas de transportes coletivos e até um lugar para coveiro. Poderá ter acontecido em algum momento e não foi reportado à Câmara. Salaria que o que importa referir é que houvesse um número grande de pessoas a concorrer e isso está a acontecer, felizmente, pode dizer que vão ter uma bolsa muito grande de candidatos para cada uma destas áreas.

_ Escola Básica e Jardim de Infância de Quinta do Anjo (Questão colocada pela Sra. Vereadora Mara Rebelo) – O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que a situação na EB António Matos Fortuna, na Quinta do Anjo, é muito complicada e apesar dos esforços e contactos que têm vindo a fazer com a comunidade educativa, decorre de uma empreitada que não chegou a bom termo, sobretudo numa questão que é fundamental, a garantia da conclusão atempada da cozinha e do refeitório.

O **Sr. Presidente** interrompe para esclarecer sobre um ponto prévio que é fundamental nesta questão: a comunidade educativa, os encarregados de educação e as próprias crianças, desde o início que sabem que a empreitada não estaria concluída a 17 de setembro, contudo o compromisso pela empresa, era fazer uma frente de obra na zona da cozinha e refeitório e em 2 outras salas, para evitar estas questões no futuro. Assume que a Câmara Municipal está com um plano pessimista, ou seja, não querem assumir que vai estar pronto, preferindo estar preparados para qualquer problema e considera que é preferível o ano letivo começar, não

estando reunidas as condições ideais, e depois nas duas semanas seguintes ter estas questões todas resolvidas.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** agradece e refere que têm estado em perfeita articulação, uma vez que esta situação não deixa de ser complexa e que requer um esforço e uma conjugação, de esforços de todos, porque em primeiro lugar estão as crianças e as famílias. Portanto, tudo indica e vai haver uma reunião na escola com os encarregados de educação, com a Associação de Pais por esclarecer e haverá posteriormente, também um retorno de algumas propostas que foram entretanto lançadas, que poderiam até não ser aceites por causa do número de crianças envolvidas. Existem várias propostas, várias soluções que estão em análise, mas tem de haver, sobretudo, uma atitude pró-ativa, por parte dos encarregados de educação, no sentido de uma solução para a abertura no dia 17 de setembro. Contudo, não vai ser uma abertura com as condições normais e desejáveis que outra escola que irá abrir, mas os que estão a ser encetados todos os esforços para garantir, mesmo que de uma forma mais improvisada, haja o funcionamento do pré-escolar, o ATL, as atividades de enriquecimento curricular, porque todos estão dispostos a colaborar, no sentido de num curto espaço, talvez até outubro, o problema seja debelado e a situação possa voltar à normalidade, mesmo sem que a escola esteja terminada, mas que esteja a funcionar com normalidade.

Refere ainda que toda esta situação é lamentável, registaram-se várias razões, a falta de mão-de-obra especializada, atrasos decorrentes da complexidade das alterações na rede de gás, atrasos na empreitada que estão a ser acompanhados e monitorizados diariamente pela autarquia e tem havido um contacto permanente com o Agrupamento de Escolas, com a Associação de Pais e também com a DGEstE.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** questiona sobre a questão da alimentação.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** refere que sobre a alimentação existem soluções propostas que têm de ser analisadas em pormenor, porque são várias e têm de acautelar com muita atenção questões como aquelas em que as crianças que entram pela manhã e cujas famílias não têm condições para os acompanhar durante o dia. São inúmeras as questões que ainda estão a ser analisadas.

O **Sr. Presidente** refere que essas questões fazem parte dos planos, caso o refeitório não fique terminado a tempo, mas estão a encetar esforços para que fique pronto para a abertura. É necessário antecipar estas questões, porque têm de ter sempre um plano B, porque são situações que não se resolvem na véspera da entrega da obra, porque depois da entrega da obra é necessário proceder à higienização, equipar, sobretudo instalações desta natureza. Portanto, é uma medida que a autarquia preferiu partir de um cenário pessimista, para ter um plano B a funcionar e será um plano com as nuances, que também a Associação de Pais, os encarregados de Educação e o agrupamento concertarem esta medida, sempre no superior

interesse das crianças, em que vale a pena começar as aulas, mesmo que seja em horário duplo, do que impedir durante uma semana as crianças de irem para as aulas.

_ Cemitério de Palmela (Questão colocada pelos Srs. Vereadores José Calado e Carlos Vitorino)
– O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta os presentes e refere que sobre as questões do cemitério, as mesmas não são de agora. Durante as últimas duas décadas, algumas manutenções do cemitério não foram realizadas, e houve um acumular de situações que corresponderam àquela degradação. Refere ainda que é com agrado que nota nos Srs. Vereadores do MIM e da Coligação Palmela Mais a preocupação sobre esta questão. Informa que está aqui associada uma necessidade, perante as questões que foram colocadas pela imprensa e que tentou contextualizar, mas que o próprio jornal não conseguiu informar quando é que tirou aquelas fotos. Porque estas situações importam, as instalações são limitadas, há situações de transporte de ossadas, etc..

Esclarece que todas estas questões foram identificadas ainda no mandato passado, porque isto não é uma intervenção que começou este ano, priorizou-se a criação de um espaço de reserva para as pedras, os mármore, para os trabalhos que se fazem no cemitério, que face à degradação do anterior e iniciar de imediato, o estudo em relação à capela. Refere ainda que o cemitério de Palmela tem, provavelmente desde a sua origem, um problema, tem uma vala imensa comum, cheia de ossos e que remonta de há muito tempo. É necessário resolver esta questão, contudo é uma resolução bastante cara, uma vez que têm de fazer conjuntos de ossos têm preferencialmente de corresponder ao mesmo indivíduo e transportá-los em urna, de forma individual num carro funerário para a incineração. Tem sido feito esse investimento todos os anos e informa que, nesta altura, estiveram três sacos de ossadas não reclamadas, provavelmente com mais de 100 anos, para ser colocada numa urna em zinco e, portanto, faz-se um conjunto, fica ali, o carro funerário aproxima-se, são levadas, é possível que tenha correspondido a um desses transportes. No ano passado fizeram uma auscultação técnica em relação às necessidades do espaço e avançaram para o projeto, foi visto numa 1.ª fase que não havia risco eminente de queda; tentaram igualmente substituir os vidros, mas os caixilhos não aguentam, teriam de mudar as janelas todas e não o fizeram durante este tempo, porque seria um investimento desnecessário, uma vez que o projeto não se adequa, pelo que tentaram arranjar uma forma mais óbvia, percebendo que internamente e face à complexidade que a autarquia vive nesta altura, com um elevado número de projetos e candidaturas, tentaram fazê-lo internamente, porque é uma recuperação, mas não foi possível e decidiu-se colocar o projeto externamente. Dá nota que a execução está praticamente pronta, e irão entrar na 1ª fase da obra em 2019. A capela não tem qualquer utilização religiosa, é um edifício de apoio. Refere que foram também melhorados muitos espaços de trabalho operacionais, onde são feitas as secagens das ossadas, está perfeitamente recuperado e se calhar não tiveram acesso, mas se os Srs. Vereadores quiserem visitar o espaço, estão disponíveis para fazer esse

acompanhamento e mostrar, sobretudo as partes que não estão bem para possa haver um entendimento que, às vezes, talvez possam surgir soluções melhores do que aquelas que preconizaram para o espaço no cemitério. Portanto, esses espaços vão ser recuperados para servir de apoio ao espaço de trabalho que já existe e é este o projeto. Em relação às ossadas o procedimento é totalmente legal, não nega que os sacos que apareceram nas fotos, mas não é uma prática, não são transportados para ali, não correspondem a ossadas recentes nem são resultado de exumações recentes. Em relação às exumações, percebe a questão da sensibilidade. Não as podem realizar num outro sítio, porque estão a realizá-lo onde está a cova, mas obviamente que tentam sempre que sejam trabalhos realizados de forma discreta. Refere que também não está a ser fácil para os funcionários, porque são 2, já tiveram um reforço no ano passado, mas o funcionário psicologicamente não conseguiu lidar com função de coveiro, pelo que foi recolocado num outro serviço, e têm agora um concurso a decorrer do qual têm esperança de conseguir reforçar a equipa. Até porque têm o enfoque de que o cemitério de Palmela deverá abrir tendencialmente à segunda-feira, assim que for possível, mas enquanto não tiverem mais pessoal, não têm grandes alternativas.

Esclarece que a obra que está preconizada, não incide apenas sobre a capela, está prevista executar a drenagem da água no cemitério, porque existem ali grandes movimentos de água que já levantou as calçadas, soterram as calçadas e andam sempre a correr atrás deste prejuízo; já tentaram colocar lancis mais altos para que água pudesse escorrer, mas se calhar só com estas obras de drenagem é que poderão solucionar esta questão.

Só posteriormente a estas obras de fundo é que irão poder ter o cemitério, todos os dias, no estado em que toda a gente quer; porque as pessoas, os habitantes e os sentimentos também são inerentes ao espaço, não escolhem dias e nesse sentido têm aqui um trabalho para concluir. Informa que, este ano, já foi realizado um investimento na pintura interior e exterior do muro que se encontrava bastante degradado e nos portões, num custo de 23 mil euros, um valor que pode parecer exagerado, mas o muro foi recuperado e, portanto, neste sentido, esperam ter rapidamente estas questões concluídas. Tomar em boa nota a atenção que foi referida em relação aos espaços verdes, mas que é uma situação da qual nem têm conhecimento que seja esse o alvo de reclamações. Refere que o jornal "O Diário do Distrito" referiu que tinham chegado relatos de situações que nem sabe se existem, que dentro do cemitério faziam rituais ou algo do género, sendo que, sobre esta questão, não têm reclamações e nem sabe se tal chegou alguma vez a acontecer, se calhar, são simplesmente fantasias e como tal negam que haja ocorrências desse género, até porque o cemitério é encerrado todos os dias e a capela está encerrada ao público até a obra estar terminada.

_ Centros de Saúde no concelho (Questão colocada pelo Sr. Vereador Carlos Vitorino) – Sobre este tema, o **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que em nome do PS, lamenta o que se

passa no Centro de Saúde. Refere que visitaram esse Centro de Saúde várias vezes, não foi só agora, até já conhecem algumas pessoas que lá trabalham, são profissionais, empenhados e que lutam diariamente com dificuldades, mas percebem os dois lados da questão; ou seja, o direito de terem férias e o direito de organizar o trabalho de modo a que esteja assegurado o direito à saúde das populações. Terá havido porventura, uma falha de comunicação, quer com a população, quer com as entidades autárquicas, que deveria ser mais do que um dever, deveria ser como um direito inenarrável e que não houve, para que as populações fossem atempadamente avisadas e direcionadas para estas situações. Aliás é do conhecimento geral que há uma dificuldade enorme para ocupar lugares nos concursos que foram abertos para médicos, esta zona foi a que teve o pior resultado, ficaram 9 vagas em aberto, portanto é complicado quando se abrem vagas e não aparecem os profissionais. Houve um grande desinvestimento e está claro que hoje têm uma quebra de mais de 70%, quer nos/as enfermeiros/as, quer nos/as médicos/as. Se calhar é preciso fazer alterações políticas importantes, porque o Serviço Nacional de Saúde precisa ser reforçado e defendido. É necessário voltar a trazer os médicos, os enfermeiros e os técnicos de saúde a zonas onde fazem, efetivamente, falta. A União de Freguesias de Poceirão e Marateca já tomou posição, a Comissão de Utentes também. É uma situação que muito o preocupa e só deixará de preocupar quando houver um número de profissionais de saúde suficientes para os Centros de Saúde funcionarem em plenitude, porque todos têm direito à saúde, independentemente de onde vivam, seja no Forninho, na Marateca ou em Palmela.

_ Concurso para assistente operacional (coveiro) - (Questão colocada pelo Sr. Vereador Carlos Vitorino) – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que o PS também foi alertado para a questão do *link*, mas deram conta que foi uma situação prontamente resolvida e, portanto, considera que há tempo para que todos possam concorrer.

_ Início do ano letivo 2018/2019 – O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que como está a iniciar o ano letivo, deseja em nome do PS uma saudação a todos/as aqueles/as que o vão iniciar, desde as famílias, aos alunos, aos profissionais do sector da educação, operacionais, assistentes administrativos e professores, e a todos aqueles que chegam de novo ao território de Palmela, porque têm a sorte de integrar um território educativo de qualidade.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

PROPOSTA N.º GAP 01_18-18:

«1. A Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro), alterada pela Lei nº 51/2018, de 16 de agosto, e a Lei da transferência de competências para as autarquias locais, Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações.

Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no ato de promulgação, o Presidente da República referenciou:

- a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central;
- o inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado;
- a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais;
- a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas;
- o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas.

Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adotadas na Lei.

Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local.

2. A lei considera transferidas todas as competências, prevendo que os termos concretos da transferência em cada sector (educação, saúde, cultura, freguesias e outras) resultará de Decreto-Lei a aprovar pelo Conselho de Ministros – ou seja, um verdadeiro “cheque em branco” ao Governo para legislar em matéria da competência originária da Assembleia da República.

Porém, estabelece que essa transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção à DGAL nos seguintes termos:

- Até 15 de setembro de 2018, as autarquias que não pretendam a transferência em 2019;
- Até 30 de junho de 2019, as autarquias que não pretendam a transferência em 2020.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a Lei considera transferidas todas as competências.

3. A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortinaíveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) conduzem a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se não devam assumir, a partir de 1 de Janeiro de 2019, as novas competências.

Ao abrigo do artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Palmela, reunida a 5 de setembro de 2018, decide propor:

Que a Assembleia Municipal **delibere**:

- i) A não aceitação da transferência de competências em 2019, nos termos do artigo 4º nº 2 alínea a) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto;
- ii) Comunicar à DGAL nos termos do artigo 4º nº 2 alínea a) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto a presente deliberação.»

Sobre a proposta de Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais numerada GAP 01_18-18 intervêm:

O **Sr. Presidente** entende que deve fazer alguns considerandos de natureza política sobre este importante dossiê que, a continuar a ser gerido desta forma, pode vir a constituir uma oportunidade perdida para uma efetiva descentralização. À partida todos veem com bons olhos, a generosidade do princípio da descentralização, assim tem sido ao longo dos anos nas autarquias, desde as primeiras experiências de descentralização de competências para as freguesias, que por si só são órgãos muito desprovidos de competências próprias, e era bom que esta revisão da lei desse mais competências também às freguesias e que não deixasse que algumas matérias ficassem exclusivamente na contratualização entre as juntas de freguesia e as câmaras municipais, mas, para isso, naturalmente também teriam de ser acompanhadas da correspondente transferência financeira. Este princípio generoso da descentralização merece apreço, mas não se pode embarcar num processo que leve a uma descentralização feita “às cegas”, como já vários autarcas têm referido. Há matérias sobre as quais, num processo desta

natureza, da forma como ele está gizado, seria o mesmo que passar uns cheques em branco, em várias matérias. Depois, este modelo, e é importante sublinhá-lo, efetivamente não descentraliza decisão, apenas acaba por transformar os municípios como que um tarefeiro, ou então pretendem que os Presidentes das Câmaras se tornem encarregados operacionais de pessoal e de instalações nas quais acham que aquilo é difícil de gerir e, portanto, é melhor os problemas ficarem ali com os municípios. Há também uma transferência de despesa feita no escuro, aliás há cerca de 3 ou 4 semanas atrás, o Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios dizia que já tinha acertado com o Governo vários diplomas sectoriais e que a situação estava pacificada, mas ontem já veio dizer que é indispensável a constituição de equipas de técnicos, que na Administração Central e na Administração Local escarpelizem efetivamente ao pormenor o conjunto de direitos e deveres e, sobretudo, de despesas que estão implícitas no âmbito deste processo de descentralização. Esse trabalho, em bom rigor, também começou a ser feito e os primeiros números são assustadores, por isso considera ser necessário conhecer em detalhe os diplomas sectoriais, os termos exatos, aquilo que é efetivamente para conservar, aquilo que é para reconstruir, aquilo que é para gerir e quanto é que se gasta em despesas de funcionamento. Não basta, como está na lei, e é por isso que têm reservas, que é, transfere-se aquilo que é gasto, porque está implícito aquele princípio de não aumentar a despesa, mas o problema é que aquilo que é gasto, neste momento, no exercício dessas competências pelo poder central é insuficiente e basta observar como estão as instalações de algumas Escolas e de alguns Centros de Saúde que é inaceitável ter a previsão, por exemplo, como está nos processos em que já houve experiências de contratualização de competências, porque algumas experiências já decorreram e a avaliação, pelo menos em metade dos municípios, não é favorável. Não é admissível que se possam fazer obras de conservação e obras para equipar algumas escolas com uma verba de 20 mil euros por ano. Acrescem as despesas ao cêntimo de quanto é que gastam anualmente de água, luz e telefones.

Enfim, não é apenas uma questão financeira, num anteprojeto de diploma sectorial dar-se poder ao município de decidir, por exemplo, se o Centro de Saúde está aberto até às 22 horas ou até às 24 horas, serve de pouco, o que é que interessa ao município dizer se está aberto até às 22 ou 24 horas, se depois não têm lá médicos, só para terem alguém que abra e feche porta. Porque, de facto, há matérias que podem pôr em causa a universalidade do acesso dos cidadãos em vários pontos do país, porque haverá autarquias que o vão conseguir fazer, mas há outros municípios que têm uma imensidão de equipamentos que dificilmente vão conseguir gerir.

Considera que há matérias que têm de ser ainda estudadas, e até adianta que no âmbito da conferência realizada em Lisboa entre as Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa, que contou com a presença de sua Excelência o Presidente da República e também do Senhor Primeiro-ministro, as matérias a transferir para as chamadas comunidades intermunicipais, neste caso,

as áreas metropolitanas, gerou um grande consenso, de transferências em matéria de transportes, mobilidade e até nestas áreas da Educação, mas um consenso genérico que partia de pressupostos que ainda não viram concretizados, nem desvendados nos diplomas sectoriais. Há aqui uma outra questão que também se adianta, mesmo sem conhecer a posição dos restantes partidos: na semana passada, a autarquia recebeu uma circular da Direção-geral das Autarquias Locais a dizer que não vale a pena as autarquias pronunciarem-se, porque só depois dos diplomas sectoriais é que têm de se pronunciar. Seguidamente o Sr. Ministro também remeteu um ofício, dizendo que tudo isto não era necessário. A apreciação jurídica e a apreciação que a esmagadora maioria dos municípios tem estado a fazer desta matéria, é que pode haver aqui um imbróglie jurídico e que depois não têm intenção de correr riscos. Para já, pessoalmente considera que uma circular de um serviço do Estado não altera uma lei da Assembleia da República e, portanto, aquilo que têm de seguir são os prazos que estão na lei. Depois disseram que os diplomas sectoriais iriam sair no dia 13 de setembro, no dia em que está marcada a reunião de Assembleia Municipal de Palmela, e até poderiam sair no dia 10, que não iria dar tempo para analisar em detalhe, aliás esta norma-travão em que só se poderiam pronunciar depois da saída dos diplomas sectoriais, esta norma-travão apenas suspende a passagem da transferência de competências, mas não liberta da obrigação de pronúncia que está claramente referida na lei. Portanto, têm procurado acompanhar o processo, contribuído para a clarificação de alguns aspetos nos vários fóruns onde participaram, têm apresentado as posições do município numa perspetiva construtiva, querem conhecer as contas, os dados, até onde é que vai esta pretensa descentralização, para não se tornar numa municipalização de serviços, porque descentralizar é poderem tomar outro tipo de decisões. Este princípio generoso da descentralização interessa, mas tem de ter 'outros' timings e é necessário obter 'outros' dados.

Informa que esta posição, não é uma posição contra ninguém, é uma posição a favor da clarificação de aspetos e a favor das populações; porque situações mal clarificadas, transferidas à pressa e transferências feitas no escuro, vão resultar mal e vão resultar numa transferência de descontentamento, que hoje já há junto de algumas entidades para a porta do município e se é para se fazer, em vez da Administração Central, então querem fazer melhor. Querem fazer melhor, mas para isso precisam de perceber as contas, perceber qual o alcance da autonomia do poder local e poder decidir em determinadas matérias.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que sobre esta matéria, não se vai alongar muito, até porque ela também traz muito pouco. As informações que têm em relação a esta matéria são muito poucas e aquilo que foi tentando perceber ao longo destes últimos dias não foi nada de concreto sobre isto e se era para discutir uma transferência de competências, devia vir junto dessa transferência de competências mais informação, para que pudessem perceber o que é que está por trás disto tudo, ou seja, qual é o financiamento para que a autarquia possa, efetivamente melhorar esses serviços, porque tomando a autarquia a responsabilidade de

melhorar serviços em relação ao município, trazer esses serviços para a responsabilidade da autarquia, se calhar vão acabar por prestar um péssimo serviço aos munícipes. Estão aqui para defender os interesses dos munícipes e se esses serviços trouxerem mais-valias para o município, então concorda; mas não da forma como está a ser feito, porque é preciso ter cuidado quando se negocia algo, porque no fundo isto é um negócio entre as autarquias e o poder central e, quanto mais barato o Governo transferir estes serviços para as autarquias, melhor é para o Governo. Contudo ir-se-á ver mais à frente, se o Governo dá outros sinais, se efetivamente vão transferir estes serviços para as autarquias, mas vão dar o devido contributo financeiro para que possam ser resolvidos e melhorar a qualidade de serviço às populações, e perante isto e daquilo que foi conseguindo perceber sobre esta matéria, o MIM vai votar desfavoravelmente esta transferência de competências, ou seja, vai votar a favor da proposta apresentada.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que não estão aqui a votar transferências, há uma lei que é a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, e considera que quando vêm para uma reunião de câmara devem saber o que é que estão ou não a discutir e aqui não se está a discutir se querem ou não querem. O que está em discussão, processo, tempos e se concordam ou não com o processo da forma como foi feito, porque está em discussão há pelo menos 2 anos com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a ANAFRE e as discussões, bem como os documentos estão na internet há muito tempo, têm sido evolutivos e considera que basta estar com atenção ao que vai saindo, porque estão a falar de descentralização e não de municipalização nem de regionalização. É preciso perceber que o tema que está em discussão e não vir para a reunião de câmara com generalidades e depois levar as pessoas ao engano. A posição do PS acompanha todas as preocupações que o Sr. Presidente da Câmara referiu, acompanha, igualmente, as preocupações relacionadas com as questões financeiras, nas questões da área dos recursos humanos, porque são áreas que sempre defenderam e defendem a descentralização de competências, mas tem de vir devidamente acompanhada com os recursos financeiros e com a possibilidade de recursos humanos, para que as autarquias não sejam uma espécie de saco de boxe, ou seja, o de correr o risco de não ter capacidade para o fazer. Esta é uma posição geral, de Norte a Sul do país, não está relacionada com a posição de um partido A ou um partido B, está relacionada com a preocupação de que mais competências melhor ação no terreno, porque como autarcas têm melhor conhecimento das realidades e podem encontrar melhores soluções, com as pessoas através dos orçamentos participativos ou através de outras formas de introduzir valor acrescentado à própria democracia local, mas para isto tudo, exige que as autarquias sejam devidamente acondicionadas de verbas para o orçamento, de modo a que possam ser executados os trabalhos e, depois, logicamente não querem ser agentes da mão-de-obra de outros, não querem ser assistentes operacionais de outros; querem sim, ter a capacidade de decidir politicamente a nível local.

Portanto, o que está na lei, tudo isto é possível, mas tudo isto também não é possível, ou seja, a possibilidade remete-se sempre para as leis sectoriais e aquilo que for definido nas áreas sectoriais será o que irá dar corpo à Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, porque o artigo 44.º da mesma, é muito claro; aliás, está numa circular da DGAL, em conjugação com o número 1 do artigo 4º, da referida lei: *"(...)A transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa (...)".* Este é que é o problema. São estas leis sectoriais, e como o Sr. Presidente referiu, nesta questão, tem de haver uma discussão técnica, séria e política, para as autarquias, para que a autarquia de Palmela e todas as outras sejam devidamente condicionadas das transferências de competências com verbas financeiras. Neste ponto é fundamental fazer esse trabalho.

Considera positivo que o senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses tenha reconhecido essa necessidade, porque este é um processo que o PS defende há muito tempo, por questões de coerência ideológica, por uma questão de princípios e de valores, porque têm uma ideia de poder Local de proximidade e dessa proximidade resultar melhores políticas. O PS acompanha e vão continuar a acompanhar toda a discussão com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a ANAFRE, acompanhando tudo o que sai dessas reuniões, acompanhando aquilo que sai das orientações da DGAL e das orientações do próprio Governo, para que possam tomar posições coerentes com aquilo que são as ideias, os valores e os princípios do PS. Refere que também tiveram conhecimento da carta do Senhor Primeiro ministro, onde vem reforçando aquilo que a DGAL diz e que a própria Associação Nacional de Municípios Portugueses também refere na circular que enviou a 20 de agosto de 2018, na qual refere exatamente que o prazo previsto no número 2 da alínea a) do artigo 4º, até 15 de setembro de 2018, não é eficaz antes da aprovação e publicação dos respetivos diplomas sectoriais; não existindo presentemente qualquer matéria que possa ser objeto de deliberação dos órgãos das autarquias locais e nessa perspetiva e, porque acompanham as preocupações e partilham das mesmas dúvidas que o Sr. Presidente referiu, mas também porque acreditam que este parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, da DGAL e a própria carta que Sr. Primeiro-ministro, clarificam e bem, o que está escrito no artigo 44º, o PS vai abster-se.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que relativamente à posição que o Sr. Presidente transmitiu, considera ser uma posição da mais elementar prudência, em termos de gestão da autarquia, ou seja: não aceitar aquilo que não sabem o que realmente vai acontecer. Considera que também a carta do Sr. Ministro um pouco incongruente, quando refere para que as autarquias não neguem ou renunciem o que não conhecem, e deve-se renunciar àquilo que não se conhece, precisamente por essa razão, o de não conhecer. Portanto, no artigo 4º, transcrito na proposta, permite que até 30 de junho, as autarquias que não pretendam a transferência se

possam pronunciar, ou seja, há uma diferenciação que permite que depois de sair a legislação, sabendo como o que é que se pode contar, para o ano, a autarquia, se assim o entender, já com os estudos e a documentação possa, de facto, aceitar ou não. Considera que não podem aceitar “fazer omeletes sem ovos” e, no fundo, em linguagem simples, é isto que está aqui a ser colocado, uma espécie de cheque em branco. Aliás, o que ouviu da posição do Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) também não é diferente. Portanto, para haver uma descentralização de competências, tem de ser mais ambiciosa e não pode ser apenas uma delegação de competências administrativas como o Sr. Presidente referia de quase tarefeiro, ou seja, tomar conta dos edifícios, tomar conta do pessoal administrativo e depois não poder intervir ou gerir essas próprias questões e na questão do pessoal, por exemplo, não sabe se as contas preveem ou não as progressões na carreira, as substituições para baixa, a questão das obras, portanto, todas estas questões têm de estar escritas.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que na sequência da intervenção do Sr. Vereador Raul Cristovão, a CDU percebe bem qual é o tema que está em discussão e, contrariamente àquilo que referiu, precisamente por conhecerem e perceberem bem o tema, é que estão profundamente preocupados. Refere que este processo tem vindo a ser conduzido de forma precipitada, com falta de serenidade, sem rigor e, sobretudo sem um debate alargado e o tempo necessário para uma reflexão aprofundada com os municípios. Perante a oposição dos municípios que se começou a fazer sentir, houve declarações recentes por parte do Sr. Ministro Eduardo Cabrita, no sentido de dizer que a deliberação das autarquias em rejeitar a transferência de competências em 2019 seria desnecessária e inútil; considera que estas declarações, para além de politicamente desajustadas e inaceitáveis, revelam algum autismo político e talvez uma vontade inconfessada de condicionar e impedir uma oposição crescente por parte dos municípios sobre esta proposta. Não foi por um mero acaso que o Sr. Ministro correu agora para a imprensa, depois dos primeiros sinais de contestação de alguns municípios, que os diplomas sectoriais de descentralização de competências vão a Conselho de Ministros no dia 3 de setembro, fala também dos grupos de trabalho e, portanto, parece haver aqui algum titubear nas posições que têm vindo a ser assumidas e, que não deixam, de forma alguma, nenhuma tranquilidade relativamente àquilo que devia ser efetivamente um processo de descentralização de competências com o objetivo claro de melhoria da qualidade de vida das populações. Para isso é fundamental haver respeito pela autonomia administrativa e financeira dos municípios, e o que se está a tentar fazer é a transferência de encargos e de problemas que não foram até agora resolvidos pela Administração Central. E uma vez que estão a falar de políticas públicas e funções sociais do Estado, que a serem transferidas para os municípios, podem colocar o país a funcionar em velocidades desiguais e tratar de maneira diferente, aquilo que é igual e que, no fundo, se insere na esfera das competências da Administração Central, nomeadamente, as matérias que se prendem com o acesso à saúde, à educação, à segurança Social, ao ambiente, e a todas as matérias que estão previstas no diploma legal.

Alude, também, a uma outra preocupação, relacionada com o artigo 5.º, que refere que no período de 2019 a 2021 serão previstas normas específicas no Orçamento de Estado sobre o financiamento das novas competências a descentralizar, ou seja, as verbas que serão determinadas anualmente, estão como uma forte dependência da orientação política que o Governo, que esteja a exercer funções, e perante as quais, as autarquias não têm nenhuma garantia, que não haja uma inversão ou um retrocesso dos meios financeiros à afetar a esta transferência de competências.

Chama igualmente à colação, um assunto que merece também uma grande preocupação e que está relacionado com as concessões a longo prazo que têm vindo a ser desenvolvidas em matérias como a água, o saneamento e os resíduos e, portanto, também há uma vontade do estado central, de paulatinamente começar a livrar-se de áreas sociais que são geradoras de descontentamento e que, de forma alguma, as autarquias podem ou devem aceitar. Refere também que o que devia estar a ser discutido nesta altura, seria a regionalização a até a alteração à Lei das Finanças Locais, que respeitasse o princípio constitucional da justa repartição dos recursos do Estado, que é uma matéria pela qual há muitos anos aguardam, e que pudesse assegurar as condições de estabilidade para o funcionamento regular das autarquias. Considera que se devia estar a discutir uma nova Lei-quadro para as freguesias que dotasse de competências e meios financeiros para que pudessem cumprir a sua função de proximidade, a reposição das freguesias, que é uma matéria que se vai falando agora no final da legislatura, mas será que acontecerá?

Em resumo: acredita que não estão reunidas as condições para se aceitar a transferência de competências, tendo em conta as implicações financeiras, humanas, organizacionais e, sobretudo a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir para os municípios.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que percebeu a intervenção do Sr. Presidente da autarquia, percebeu o contexto, mas depois da intervenção do Sr. Vereador Luís Miguel Calha da CDU, não entendeu quase nada, a não ser a necessidade de fazer um repositório com alguma preocupação eleitoralista de questões, todas elas anexas ao que não tem nada a ver com o assunto que estão a discutir. Portanto, sobre esta questão e em relação aos custos, realça uma parte em que o Sr. Presidente referiu que não têm estudos, enquanto o Sr. Vereador Luís Miguel Calha com tal preocupação em debitar temáticas certamente já com preocupações para o ano que vem, existem áreas que as autarquias podem controlar, por exemplo, a cultura, que é a parte do estudo da autarquia sobre quais são os recursos que necessita, que é para contrapor com aqueles que são transferidos pelo estado central e nesta parte, têm de ter uma ideia, para poderem dizer que é muito pouco e, portanto, seria útil nesta fase em que estão a iniciar este processo, de poderem encetar, até para posteriormente e politicamente, de forma muito objetiva, discutir na reunião de Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, recursos para determinada competência e não recursos para outra.

Considera que sobre o artigo 44º, tal como já foi dito e em relação à produção de efeitos da Lei é muito claro, não obstante, a posição do PS já foi clarificada pelo Sr. Vereador Raul Cristovão.

O **Sr. Vereador José Calado** refere que cada vez que o MIM intervém, o Sr. Vereador Raul Cristovão intervém no sentido de diminuir o papel do MIM, como se não soubesse o que está aqui a fazer, dando a ideia que não lê os dossiês e aproveita para dizer que quando têm uma matéria para discutir na reunião de Câmara, o MIM tem o cuidado de estudar antecipadamente para poder votar em consciência. Espera que esse tipo de comportamentos ou que a seguir às intervenções do MIM, porque são coerentes com o programa e com a maneira de estar e se algumas das vezes não serve o PS é uma pena, mas a realidade é que aquilo que pensam, é aquilo que defenderam e defendem no programa apresentado aquando das eleições autárquicas.

O **Sr. Presidente** refere que não vale a pena ficarem melindrados com algumas questões. Aproveita para referir ao Sr. Vereador Pedro Taleço, que com a escassa informação que existe sobre este processo, sabem o que é que está previsto em matéria de Cultura e que é um autêntico “Dom Sebastião perdido no nevoeiro”, porque até no plano dos edifícios culturais, a transferir, nem o Castelo de Palmela aparece. Ficaram com muitas dúvidas, porque, os diplomas sectoriais não o referem e os anteprojetos nem sequer o mencionam, são extremamente vagos e é disso que aqui estão a falar. Não podem passar cheques em branco, porque não há rede de apoio se depois houver uma degradação daquilo que já existia em matéria de resposta dos serviços públicos; é defraudar o princípio da descentralização, porque o princípio é servir melhor. Não querem trabalhar dessa maneira.

Por último, ainda sobre as questões de natureza legal, o Sr. Vereador Carlos Vitorino referiu o princípio da prudência, e alerta que é, de facto, uma posição correta e prudente, têm neste momento esta posição de princípio, porque uma não pronúncia, podem correr o risco de uma aceitação tácita de algo que não querem, portanto, aquilo que for aceite, terá de ser contratualizado, ou que tenham que vir a executar, mesmo contra a vontade do município, porque têm de cumprir com a lei. Leis com as quais, infelizmente, muitas destas não concorda, mas têm de as executar. Cada vez que se fala de descentralização, é preciso ter meios e perceber claramente o que é que baliza o exercício dessas competências e em que condições.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço e Mara Rebelo. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – 8.ª Alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.

PROPOSTA N.º DADO 01_18-18:

«A 8.ª alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021 tem como finalidade proceder ao reforço de diversas ações com dotação insuficiente de modo a possibilitar o desenvolvimento de procedimentos concursais e/ou pagamentos urgentes, nomeadamente:

1. Reforço da dotação da ação **Academia da Proteção Civil**, cujo montante se encontrava integralmente «a definir» no orçamento em vigor, de modo a garantir o pagamento do valor residual da viatura da Academia;
2. Reforço da dotação da ação **Transportes Escolares**, de modo a permitir a contratação de um circuito temporário destinado aos alunos da EB Brejos do Assa.

Foram igualmente introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

O valor desta alteração é de 184.972,00 € (cento e oitenta e quatro mil novecentos e setenta e dois euros), e representa 0,33% do Orçamento em vigor.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 8.ª alteração ao Orçamento de 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021.»

Sobre a proposta de 8.ª Alteração ao Orçamento 2018 e Grandes Opções do Plano 2018-2021 numerada DADO 01_18-18 intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que a dotação da Academia da Proteção Civil trata-se da última tranche do pagamento da viatura da Academia da Proteção Civil, cujo montante se encontrava integralmente ainda “a definir” no orçamento em vigor e na última revisão e, portanto, para pagar o valor residual que ainda falta, foi necessário tirar “a definir” e colocar “definido”.

Importa, também, referir o reforço da dotação da ação de transporte escolar para permitir a contratação de um circuito temporário destinado aos alunos da Escola Básica de Brejos do Assa, que é uma solução transitória dos alunos irem para outro estabelecimento de ensino para que as obras possam decorrer com normalidade. Trata-se da Escola de Arraiados e é necessário ter aqui uma dotação suplementar para o transporte, o que não podem fazê-lo com viaturas próprias da autarquia que já estão afetadas.

Há outros acertos, sendo estes os mais significativos, o valor de alteração é 184.972 euros, que representa 0,33% do orçamento em vigor; nas alterações às GOP (Grandes Opções do Plano), de facto, do valor da viatura da Academia da Proteção Civil retiraram a cabimentação da

resolução de patologias nas salas do pré-escolar de Aires, no valor de 11 mil euros, porque a verba foi cabimentada noutra rubrica, pelo que o valor passa de um lado para o outro. Na gestão da frota, um reforço de mais de 7 mil euros, porque no decorrer do ano revelaram-se outras necessidades. Nos transportes escolares um reforço de 20 mil euros, com a reorientação de algumas verbas que sobram na alimentação escolar da educação pré-escolar para os transportes escolares. No reforço do abastecimento de água em Pinhal Novo há uma anulação de 29 mil euros, porque as obras estão todas a decorrer e trata-se de um processo contínuo, durante 4 anos. Nos contratos de faturação de água, por causa do concurso, é necessário um reforço de 15 mil euros. Um reforço para os dias comemorativos como, por exemplo, a semana da mobilidade e outras iniciativas. Um reforço de 3 mil euros nos equipamentos culturais porque se adquiriu um projetor para o Cineteatro São João que estava previsto. Um reforço para o apoio ao associativismo, porque há outras candidaturas, outros protocolos. Na publicação das atas do encontro sobre as Ordens Militares, conseguiram uma poupança significativa com o último concurso para o efeito. Nos projetos de cooperação há sobras, que anularam para reforçar outros projetos.

Refere que há um reforço na Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) no valor de 5.300 euros e na Associação Intermunicipal da Água da Região de Setúbal em 200 euros que está relacionado com a comparticipação municipal nesta e noutras associações, é uma percentagem dos fundos que recebem do Orçamento Geral do Estado e foi necessário fazer esta atualização agora, de acordo com aquilo que é a percentagem que cumpre pagar; uma locação de edifícios, ou seja, relacionado com o pagamento de rendas do edifício dos recursos humanos. Foi anulada uma verba na rubrica "outras" que tem a ver com questões de reserva, para eventuais decisões judiciais, indemnizações e outras situações do género.

O **Sr. Vereador Carlos Vitorino** refere que a posição da Coligação Palmela Mais sobre o Orçamento já foi reiterada. Na verdade trata-se de uma questão de gestão corrente e se havia uma rubrica na questão da Academia da Proteção Civil que estava definida, a verdade é que por lei teria de ser definida, portanto, são apenas questões de gestão corrente da autarquia, pelo que vai abster-se na votação desta proposta.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Carlos Vitorino. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

DIVISÃO DE FINANÇAS E APROVISIONAMENTO

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Fornecimento de refeições escolares nos estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar da rede pública do concelho de Palmela, ano civil 2019 – Pronúncia sobre lista de erros e omissões - Ratificação.

PROPOSTA N.º DADO_DFA 01_18-18:

«No âmbito do procedimento para o “Fornecimento de refeições escolares nos estabelecimentos de educação e ensino do 1.º ciclo do ensino básico e educação pré-escolar da rede pública do concelho de Palmela, ano civil 2019”, a entidade interessada, ITAU, S.A., apresentou uma lista de erros e omissões, submetida na plataforma eletrónica de contratação pública “Saphetygov” no dia 17/08/2018, pelas 17:37h, documento que se anexa.

Nos termos da alínea b), do n.º 5, do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar – neste caso a Câmara Municipal – pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados.

Contudo, porque o prazo para a resposta terminava no dia 28/08/2018, e na impossibilidade de reunir o executivo municipal em tempo útil, foi a proposta de pronúncia do município à referida lista de erros e omissões submetida à apreciação e decisão pelo Sr. Presidente da Câmara, conforme informação técnica que se anexa.

Face ao exposto, propõe-se, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal ratifique a decisão do Sr. Presidente da Câmara, de 27 de agosto, de rejeitar a lista de erros e omissões apresentada ITAU, S.A, aprovando a respetiva pronúncia, documento que se anexa e faz parte integrante da presente proposta.

Anexos:

- Anexo 1 - Lista de erros e omissões apresentada pela ITAU, S.A.
- Anexo 2 - Informação técnica da DFA
- Anexo 3 - Pronúncia sobre lista de erros e omissões.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

GABINETE JURÍDICO

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Regularizações prediais por desafetação do domínio público.

PROPOSTA N.º DADO_GJ 01_18-18:

«O Município impulsionou, ao longo dos últimos três anos, um vasto conjunto de regularizações prediais. Nesse contexto, foram recentemente identificadas duas situações que convocam a intervenção dos órgãos municipais para efeitos de desafetação do domínio público e de consequente integração no domínio privado municipal - situações que passamos a expor nos pontos seguintes:

1. Antigo posto da GNR em Pinhal Novo

O edifício onde funcionou o antigo posto da GNR situa-se no Largo José Maria dos Santos - zona central da vila de Pinhal Novo marcada por grande atividade cultural - e serve atualmente de apoio a associações como a Associação de Festas Populares de Pinhal Novo e a Associação Dadores Benévolos de Sangue Pinhal Novo, e ainda de apoio ao FIG – Festival Internacional de Gigantes.

A relevância e a função assumidas ao longo do tempo por este edifício projetam-no, assim, como um recurso de suporte a atividades de natureza cultural, recreativa e social, justificando-se, em função disso, considerar a utilidade da sua desafetação do domínio público, com consequente afetação ao domínio privado municipal, tendo em vista a possível constituição formal de direitos a favor de entidades do Concelho que prossigam interesses da natureza acima enunciada.

Descrição do bem: construção sita no Largo José Maria dos Santos, Pinhal Novo, composta por um piso, com a área total de 230,75 m² e uma área de implantação de 178,60 m², que confronta do norte com Rua Luís de Camões, do sul, do nascente e do poente com Largo José Maria dos Santos (documento n.º 1).

2. Edificação de apoio aos armazéns gerais

Junto aos armazéns gerais de Palmela localiza-se uma parcela que, embora integrada no domínio público municipal, se encontra inscrita na matriz predial rústica a favor do Município sob o artigo 15 da secção AG, da freguesia de Palmela, desde, pelo menos, o ano de 1978, sendo utilizada para apoio aos serviços operacionais, nomeadamente para a guarda de materiais.

Atenta a afetação concreta conferida ao bem (afetação que, por lei, não determinaria a integração no domínio público municipal) e a existência de inscrição matricial (prática observável, por regra, nos bens de domínio privado), considera-se adequado, também neste caso, proceder à desafetação do domínio público para o domínio privado municipal.

Descrição do bem: parcela sita em S. Julião, já inscrita na matriz predial rústica sob o artigo 15, secção AG, Palmela, com a área total de 2.140,50 m² e área coberta de 225,30 m², confronta

do norte com artigo 14, AG, do sul com domínio público, do nascente com artigo 17 AG, e do poente com Estrada do Cemitério (documento n.º 2).

Nestes termos, **propõe-se**, ao abrigo dos artigos 33.º, nº 1, alínea ccc) e 25.º, nº 1, alínea q) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a desafetação do domínio público, para integração no domínio privado municipal, dos dois bens supra identificados.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** pergunta se há Municípes para intervir neste período.

Não há intervenções.

• **Sessão extraordinária da Assembleia Municipal** – O **Sr. Presidente** refere que no dia 13 de setembro vai haver uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal.

• **Ciclo de reuniões «Eu Participo»** – O **Sr. Presidente** refere que o ciclo do “Eu Participo” vai decorrer na semana de 17 a 20 de setembro.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e dezanove minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco